



JUSTIFICATIVA

Basilado no objetivo fundamental estampado na Constituição da República de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e considerando que a política agrícola, agrária e fundiária do Estado deve atender, preferencialmente, aos agricultores familiares e aos beneficiários de projetos de assentamentos, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, apresentamos a presente proposição.

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é princípio basilar para a ação dos governos, assim como o tratamento igualitário, que consiste em considerar desigualmente os desiguais, à medida que se desigalam e temos nas políticas públicas agrárias a perspectiva de criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico a trabalhadores rurais.

Considerando que o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, é objetivo da política pública do Estado, visamos fomentar e potencializar a comercialização da produção agrícola de assentados, quilombolas e agricultores familiares tradicionais, explorando oportunidades dentro do próprio governo do Estado e alinhavando parcerias. Ou seja, o governo, que é um grande comprador de alimentos, se comprometeria a comprar parte da produção vinda dos agricultores familiares tradicionais, assentados, quilombolas, pescadores e indígenas.

A proposta depende da integração de todas as esferas de governo para o cumprimento da meta. Assim, os resultados serão mais efetivos, de forma rápida e com menor custo, potencializando as ações da Política Municipal de Aquisição Direta da Agricultura Familiar.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS

VEREADORA
moara
★ SABOIA

Para o governo, trata-se de uma iniciativa que vem beneficiar todos os envolvidos, pois além de garantir mercado e renda aos agricultores familiares, removendo atravessadores e valorizando a cultura mineira, não acrescenta despesas ao Estado, uma vez que apenas direciona as aquisições de alimentos já programadas pelo Estado.

A importância dos processos sociais de uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade no âmbito da agricultura familiar e das práticas agroecológicas de produção agropecuária, em particular dos povos e comunidades tradicionais em Contagem, vêm preservando um patrimônio de extrema riqueza para garantir a segurança alimentar da população.

Neste aspecto, a importância de identificar no âmbito estadual os trabalhos e experiências de agricultores familiares com cultivares local, tradicional ou crioula para orientar iniciativas em políticas públicas nessa área é de fundamental importância.

A possibilidade de aquisição e distribuição de sementes locais, tradicionais ou crioulas, mediante a Política Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, fortalecerão os guardiões da biodiversidade e a sua resiliência e sustentabilidade de seus agroecossistemas de produção.

A fim de garantir instrumentos processuais nas chamadas públicas para aquisição de sementes faz-se necessário a instituição em regime permanente do cadastramento das cultivares locais, tradicionais ou crioulas e das organizações de agricultores familiares que desenvolvem trabalho reconhecido com o resgate, manejo e/ou conservação dessas sementes.

Moara Louisa Saboia
Vereadora Contagem